Extrato da PORTARIA nº 029/2022**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO nº 000184-151/2022-MP/6ªPJDPMA**

PORTARIA de Instauração: 029/2022-MP/6ªPJDPMA

Objeto: Pedido de providências em face da Junta Comercial do Estado do Pará JUCEPA, haja vista supostas irregularidades em relação ao registro de tradutores e intérpretes, pois alguns não atenderiam aos requisitos legais.

Promotor de Justiça: ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE

Promotoria de Justiça: 6º cargo da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém.

Protocolo: 899270**EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 027/2023-MPPA/1ºPJ/ALM**

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000674-152/2021, para apurar denúncia anônima realizada no Conselho Tutelar da Cidade de Laranjal do Jari, de estupro de vulnerável à infante V.S.S., o qual teria ocorrido no mês de maio de 2021 na região do Parú, zona rural de Almeirim.

Almeirim-PA, 09 de Janeiro de 2023.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 899230**Extrato da PORTARIA nº 003/2023-MP/4ºPJ/ATM**

A 4ª Promotora de Justiça de Altamira/PA, com fundamento nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigo 26 da Lei n. 8.625/1993, no artigo 52 da Lei Complementar Estadual n.º 57/2006, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, sob nº SIMP 000202-803/2022, que se encontra à disposição na 4ª Promotoria de Justiça de Altamira, situada na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, Bairro Esplanada do Xingu, Altamira/Pará, fone (93) 3515-1744/1998.

PORTARIA nº 003/2023-MP/4ºPJ/ATM

Autor: Ministério Público do Estado do Pará

Assunto: Procedimento Administrativo tendo como objeto a tutela de interesse individual indisponível das crianças Angelina Talita Silva dos Santos e Maria Eloisa dos Santos

Monique Nathyane Coelho Queiroz – Promotora de Justiça da Infância e Juventude de Altamira.

Protocolo: 899236**EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 028/2023-MPPA/1ºPJ/ALM**

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000604-152/2020, para noticiar que a Secretaria de Saúde de Almeirim não estaria fornecendo medicamentos controlados aos pacientes.

Almeirim-PA, 09 de Janeiro de 2023.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 899239**Extrato da PORTARIA nº 002/2023-MP/PA**

De ordem da Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci, Drª SINARA LOPES LIMA DE BRUYNE, com fundamento na Resolução nº 174/2017, do CSMP e na Resolução n. 007/2019 do CP-MPPA, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento, através da Portaria nº 001/2023-MP/PA, (SIMP nº 048117-003/2022) que se encontra à disposição na 1ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci, situada na Rua Manoel Barata, 1289, Ponta Grossa, Distrito de Icoaraci, CEP: 68.812-020, Belém-Pará.

Objeto: acompanhar a transição de gênero do adolescente VICTOR LUCAS MARTINS DE ALMEIDA, no âmbito do Centro Educacional Interativo.

Protocolo: 899244**EXTRATO DA PORTARIA DE PA Nº 003/2023-MP/4ª PJ ITAITUBA**

A 4ª Promotoria de Justiça de Itaituba, com base no art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, inciso I, da Lei 8.625/93; artigo 16 c/c artigo 19, ambos da Resolução nº 007/2019- CPJ; e artigo 2º, § 4º da Resolução nº 023/2007-CNMP, torna público o Procedimento Administrativo nº 003/2023-MP/4ªPJ Itaituba, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Itaituba, situada na Av. Nova de Santana, nº 384, Centro, Itaituba/PA, CEP: 68.180-030 - Itaituba - Pará - Fone: (93) 3518-2123/3518-3099.

PORTARIA nº 003/2023-MP/4ª PJ Itaituba.

Procedimento Administrativo - SIMP nº 000154-922/2023

Data de Instauração: 19 de janeiro de 2023.

Assunto: Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar a instauração de procedimento disciplinar pela Secretaria Municipal de Trairão para investigação acerca do desvio de atribuições e acumulação ilegal de cargos por parte das servidoras Rosenilda Sales Sousa e Kaliny Mendes Aguiar.

PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMACHO - Promotora de Justiça Titular da 3ª PJ de Breves, respondendo cumulativamente pela 4ª PJ de Itaituba

Protocolo: 899250**EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 029/2023-MPPA/1ºPJ/ALM**

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000771-152/2022, noticiando possível irregularidade ocorrida no dia 17/10/2022, praticada pelo então Delegado de Polícia Civil, Dr. Jair de Assunção Castro, intervindo na lide dos particulares, a Reclamante e seu ex-companheiro Francisco Itamar, referente a propriedade de um veículo, supostamente adquirido pelo ex-casal.

Almeirim-PA, 10 de Janeiro de 2023.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 899246**Extrato da PORTARIA nº 001/2023 – MPPA/ 2ª PJEPPMA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, pela Promotora de Justiça com atuação na 2ª Promotoria de Justiça de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas de Belém, CARMEN BURLE DA MOTA DE FREITAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, II, da Constituição Federal e com fundamento no artigo 69, inciso II, e parágrafo único, alínea "d", da Lei Complementar Estadual nº 141/96, e artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93

PORTARIA nº 001/2023 – MPPA/ 2ª PJEPPMA

Assunto: Inspeções carcerárias a serem realizadas nas casas penais da Região Metropolitana de Belém no ano de 2023.

Carmen Burle da Mota de Freitas – Promotora de Justiça

Protocolo: 899263**EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 031/2023-MPPA/1ºPJ/ALM**

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, §1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, vem por meio deste edital, cientificar a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 000829-152/2022, solicitando providências para conseguir agilizar junto a Central de Leitos de Santarém, leito para o paciente Marlon Sanches das Mercês, encaminhado de urgência com quadro de pneumonia não especificado CID-J189.

Almeirim-PA, 10 de Janeiro de 2023.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 899264**PORTARIA Nº 0169/2023 - MP/PGJ**

(Republicada por incorreção no DOE de 19/01/2023)

Aprova a antecipação de quota orçamentária referente ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para os grupos de despesas Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais CONSIDERANDO o disposto no Art. 18, inciso V e inciso XXI, alínea f, da Lei Complementar Nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO que a partir da edição da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a gestão fiscal passou a ser de responsabilidade no âmbito de cada Poder Constituído e do Ministério Público;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira do Ministério Público do Estado do Pará assegurada no art. 183 da Constituição Estadual; CONSIDERANDO que Lei nº 9.649, de 29 de junho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023, estabelece no art. 50, competência aos Poderes, ao Ministério Público, a Defensoria Pública e aos órgãos constitucionais independentes, para definir e aprovar a programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso, de cada quadrimestre, referente aos seus Orçamentos; bem como o que estabelece o § 3º do art. 29 da mesma lei que trata da autorização para antecipação de quota orçamentária do exercício;